CINEMA

Entre a chantagem da monocultura e um Cinema livre

A evolução das leis que enquadram o apoio à actividade cinematográfica em Portugal revela que o interesse dos sucessivos governos visou a substituição das responsabilidades directas do Estado pela relação de dependência do cinema português com as verbas resultantes da cobrança das taxas de exibição, das taxas de telecomunicações e das taxas de serviços de TV por subscrição. Estas verbas transferidas (ANACOM) ou cobradas diretamente pelo Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA) garantem, assim, o financiamento possível da produção cinematográfica em Portugal. Dos 20.982.085 euros respeitantes ao orçamento do ICA para 2017, 20.200.000 euros resultam da cobrança destas taxas. Tal relação de dependência do cinema português com empresas privadas está na origem das formas de pressão que o sector vive actualmente. Em plena governação de PSD-CDS foi promulgado o Decreto-Lei n.º 124/2013, de 30 de agosto, que cria a Secção Especializada do Cinema e do Audiovisual (SECA), onde têm assento os grupos de comunicação e audiovisual que contribuem financeiramente com as taxas que são canalizadas para o ICA. O artigo 14.º refere que cabe à SECA aprovar os júris para os vários concursos do ICA. Mas a Secção Especializada do Cinema e do Audiovisual (SECA) é um órgão consultivo que integra o Conselho Nacional de Cultura (CNC), que é um órgão consultivo no âmbito da Presidência do Conselho de Ministros (PCM), cujo presidente é o, agora, ministro da Cultura. Desde 2013 que várias organizações do sector denunciam o abuso de poder da SECA, tendo-se agora oposto de forma mais concertada e com um parecer jurídico, que esclarece o âmbito meramente consultivo da SECA, sublinhando a ilegalidade do poder de nomeação dos júris do ICA. A pressão dos grupos dominantes tem-se verificado, também, ao nível do tipo de pessoas que são convidadas para exercer a função de júri. Em vez de «personalidades com reconhecido currículo, capacidade, idoneidade e com manifesto mérito cultural», tem-se observado que o currículo de vários membros dos júris escolhidos pela SECA não corresponde ao exigido pela lei. Além de associações de cinema, representantes de cineclubes e festivais e técnicos de cinema, têm assento na SECA empresas de televisão, exibidores de cinema, distribuidores de cinema e empresas de comunicação e de serviços de TV por subscrição, com um peso decisivo nas escolhas dos júris, sendo os seus interesses comerciais parte interessada nessas escolhas, sendo então estes, e não os critérios artísticos, a decidir o que apoiar.

O Governo, através do Secretário de Estado e, também, do ministro da Cultura, tem justificado a permanência da SECA com "o compromisso entre os beneficiários dos apoios e os financiadores." Mas ao fazê-lo o Estado transforma o dever contributivo das empresas privadas com assento na SECA (aquelas que mais interesses têm na escolha do tipo de filmes) num direito de escolha das políticas do cinema em Portugal.

Reunião da SECA: farsa em 3 actos

Entretanto, no dia 7 de Abril, decorreu já a reunião da SECA onde foram votados os nomes dos júris para o próximo quadro de concursos. No primeiro acto da reunião, os membros da Plataforma informaram que, por uma questão de princípio, não iriam votar e manifestaram a intenção de ler uma declaração para constar em acta. Foi-lhes então pedido que saíssem da sala para que a votação tivesse lugar e que, no final da mesma, voltassem para ler a declaração. No segundo acto da reunião teve então lugar a votação. No terceiro acto, e depois de reentrarem na sala, os membros da Plataforma foram informados que afinal não poderiam ler a sua declaração e que ela não constaria da acta. Tendo naturalmente insistido, acabaram por conseguir deixar clara a sua posição, não tendo sido garantido que ela seria vertida na acta da reunião.

Perante este modo de actuação, a Plataforma declarou que a direcção do ICA deixou de ter a confiança necessária no sector para continuar à frente dos destinos do Cinema e Audiovisual. Passado um mês, continuamos sem qualquer medida de quem tem a responsabilidade em todo o processo: o Governo. Nem júris, nem nenhuma posição conhecida sobre a postura do ICA, nem nenhum passo dado para resolver o problema.

Até ver "o compromisso com os financiadores" manda. E só deixará de mandar com o prosseguimento da luta em curso em defesa do cinema português.

Intervenção no Congresso do PCP dos trabalhadores das Artes do Espectáculo da Organização Regional de Lisboa do PCP

Camaradas,

os Trabalhadores das Artes do Espectáculo saúdam o XX Congresso do Partido Comunista Português com toda a certeza de que na Música, no Teatro, na Dança, no Cinema e Audio Visual, a luta continua e irá Continuar!

A luta continua, em primeiro lugar porque vivemos ainda neste sector essencial à vida e à democracia, na mais absoluta precariedade, na mais descarada exploração, na mais inadiável necessidade de construção de uma unidade robusta que dê finalmente voz aos trabalhadores. Aos jovens que agora se atiram de cabeça a uma vida sem rede, aos adultos que resistem dia-a-dia sem saber o que será o amanhã, aos reformados que já nada temem a não ser o futuro dos seus netos. Ainda hoje e frequentemente o trabalho sem retribuição é comum e encarado como uma forma natural do exercício desta actividade que exige elevados custos materiais para aquisição de equipamentos e instrumentos taxados com IVA de luxo, ou em formação especializada não acessível a todos.

A luta continua, porque este é um sector onde os recibos verdes imperam independentemente das relações laborais em concreto e os horários ultrapassam muitas vezes as doze horas diárias. Onde todos são obrigados ao cumprimento dos seus deveres fiscais e de segurança social como todas demais áreas profissionais, independentemente dos valores auferidos, mas onde a assistência na doença ou acidente, as férias, os subsídios de desemprego ou inserção, não existem senão como uma miragem.

A luta continua também pelo reconhecimento da especificidade de algumas das profissões deste sector, sendo urgente a criação de regulamentação laboral e social que atenda aos ritmos de trabalho inconstantes destes trabalhadores, aos longos períodos de desemprego e às doenças profissionais que ainda não são reconhecidas. E a esta desprotecção estão associados, na maioria dos casos, salários extremamente baixos, em alguns casos falamos mesmo de salários de miséria, encobertos pelo falso glamour que nos é transmitido pelos meios de comunicação dominantes.

A luta continua nas Artes do Espectáculo, porque neste quadro que assalta a maioria de actores, intérpretes, músicos e técnicos, as desigualdades e injustiças criadas dentro do próprio sector e entre trabalhadores são gritantes. Para qualificações iguais, para trabalho igual, temos remunerações diferentes. Mas acima de tudo, continuamos a assistir a uma total sujeição dos trabalhadores aos apetites do mercado, à voragem mediática, à violência da lei do mais forte, medida segundo os rendimentos e lucros que empreendedores e produtores esperam conseguir com cada actuação. Só uma política cultural que garanta o acesso de todos à criação e à fruição, pode garantir um desenvolvimento artístico que permita elevar o nível da qualidade do trabalho para lá da mera satisfação imediata dos interesses mercantilistas, e permitir o crescimento , a qualidade e a sobrevivência de milhares de trabalhadores.

A luta continua , porque sabemos que apesar das dificuldades e do contexto desesperado em que muitos de nós vivem, penhorados nas suas contas e nas suas vidas, um cada vez maior número de trabalhadores vem despertando na sua consciência a necessidade revolucionária de transformação desta realidade, e se juntam à luta de todos os trabalhadores e ao seu Partido, o Partido Comunista Português. E na verdade, rompendo as barreiras do medo, do silenciamento, da difamação e da propaganda ideológica da classe dominante, mais artistas e técnicos se têm unido no Partido, reforçando e rejuvenescido ainda que lenta mas inequivocamente, o sub-sector das Artes do Espectáculo. Porque hoje sabemos que é a própria liberdade criativa de cada um, o próprio desenvolvimento da nossa arte, independente das imposições e interesses económicos dominantes, que está em causa.

A luta continua, porque ainda que haja reconquistas relevantes em muitos dos danos causados por anos e anos de uma governação desastrosa, o Orçamento para a Cultura continua muito insuficiente e, apesar das máscaras e subterfúgios, das alíneas que passeiam de rúbrica em rúbrica, os concursos para os apoios às artes continuam uma confusão com critérios duvidosos e muito pouco exigentes para com estruturas que escolhem a precariedade como forma principal de criação de emprego. Continuamos na prática com um Orçamento miserável para a Cultura, que urge fazer crescer.

A luta continua e continuará, porque é ela a condição fundamental para a transformação individual e integrada de cada um e da própria realidade, que nos impõe modelos únicos de pensamento e de criação.

E a luta irá continuar e será reforçada com a dinamização da actividade dos sindicatos do sector, o STE e o CENA, e que essa união e esses laços solidários possam transpirar para todos os trabalhadores das Artes do Espectáculo como um sinal aos trabalhadores e criadores deste país que, Unidos Venceremos!

Viva a Luta dos Trabalhadores! Viva o Partido Comunista Português!

INSPECÇÃO ACT

A cada posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efectivo!

Nas empresas de audiovisual, em especial na Plural e SP Televisão, a natureza do trabalho é permanente. Todos os dias há gravações, todos os dias os trabalhadores são necessários. Mas se fazemos falta todos os dias por que razão o vínculo de trabalho é precário?
A inspeção da ACT encontrou centenas de falsos recibos verdes. Recibos esses que devem ser convertidos em contratos efectivos de trabalho, porque esses trabalhadores fazem falta todos os dias.
Desde há muito que se instalou a ideia de que o vínculo precário é uma inevitabilidade. Mas não é!
Estas empresas são lucrativas, e têm necessidade de produzir todos os dias. Sem o trabalho diário de todos não existiria lucro, nem produção. É tempo de lutar pelo contrato efectivo de trabalho. Ao contrário do que muitos dizem, ter contrato de trabalho não é uma prisão para o trabalhador. Com contrato de trabalho efectivo cabe só ao trabalhador a decisão de mudar de trabalho. E está mais livre para lutar e exigir os seus direitos.
Com vínculos estáveis é mais fácil garantir o cumprimento das 8 horas de trabalho e o aumento dos salários. O PCP apela à luta dos trabalhadores da Plural e da SP televisão, exigindo:

- que as centenas de vínculos precários que foram identificados pela ACT nestas empresas sejam convertidos em contratos efectivos de trabalho;
- que todos os trabalhadores necessários ao normal funcionamento da empresa passem a contrato efectivo;
- respeito das 8 de trabalho.

Um novo modelo de apoio às Artes

Terminou a 3 de Março o inquérito às entidades das áreas artísticas apoiadas pela Direcção-Geral das Artes sobre que alterações devem ser feitas na reformulação do Modelo de Apoio às Artes.
Há muito que o sector pede um modelo que responda às lacunas sentidas pelas estruturas artísticas e dos seus trabalhadores e que adequem este modelo à realidade da criação e programação.
Para o PCP é fulcral que esta reformulação incida sobre:

- manutenção e aprofundamento da independência de criação
- criação de mecanismos que erradiquem os vínculos laborais ilegais do sector;
- mais diversificação territorial, estética e temática;
- circulação de espectáculos dando bom uso à rede nacional de teatros e cine-teatros;
- definição de regras claras e transparentes dos critérios de avaliação;
- reformulação e simplificação da plataforma de candidatura;

Condição decisiva para o bom cumprimento de qualquer Modelo de Apoio às Artes é o aumento significativo das verbas para o financiamento do sector. O PCP continuará a bater-se por este objectivo e fará também as suas propostas relativas ao modelo actualmente em discussão.
É de salientar que este inquérito acaba por ser uma resposta do Ministério da Cultura e da DGArtes à contestação levada a cabo por várias entidades de criação, sindicatos e outras organizações do sector quando se deram conta que se tentaria aprovar um novo Modelo sem que o sector fosse realmente ouvido. Esperamos que a solução encontrada não sirva apenas para legitimar uma reformulação que em nada responde às necessidades do sector.

Recorta e envia para Centro de Trabalho Vitória - Avenida da Liberdade ,170 - 1200 LISBOA

JUNTA-TE A NÓS!

LUTA E RESISTE COM O PCP

FICHA PARA CONTACTO SE PRETENDES ADERIR OU COLABORAR COM O PCP PREENCHE OS SEGUINTES DADOS DE MODO A PODERMOS ENTRAR EM CONTACTO CONTIGO

NOME: _____

MORADA: _____

CÓDIGO POSTAL: _____-____ _____

TEL.: _____ E-MAIL: _____

VOZES AO ALTO

3.01 2017
BOLETIM DO SUB-SECTOR DAS ARTES DO ESPECTÁCULO DO SECTOR INTELECTUAL DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
PCP
e-mail: s.intelectual@dorl.pcp.pt • sítio internet: www.lisboa.pcp.pt

Estagiar para a precariedade

A evolução do trabalho precário nas orquestras portuguesas

Tornou-se prática comum em algumas orquestras portuguesas o preenchimento de lugares por estagiários. São alunos a finalizar ou que finalizaram recentemente a sua licenciatura e aos quais é proposto um contrato de trabalho esporádico. Esta situação, nos dias de hoje tão frequente em orquestras como a Gulbenkian ou Metropolitana de Lisboa, foi a forma encontrada pelas correspondentes direcções para preencher os lugares em falta a um custo bastante menor. Aos estagiários é apresentada a proposta como uma grande oportunidade, apesar da quantia irrisória que recebem (muito inferior à remuneração de um músico profissional). Apesar deste contexto de exploração, são muitos os que aceitam estas condições com o argumento, compreensível, de que é preferível estar a exercer a profissão, apesar do salário bastante inferior, do que estar no desemprego. Sendo os estágios positivos para ganhar experiência, devem ser condignamente remunerados e não instrumento para baixar o valor do trabalho de todos os músicos, dos estagiários aos efectivos. E, obviamente, findo o período de estágio, deve proceder-se à integração de trabalhadores nos quadros das orquestras e não o uso sucessivo e abusivo desta figura. É justo e promove a consolidação musical e a qualidade artística do projecto.

Este quadro de precariedade verifica-se também noutros contextos do meio musical. Os cachets oferecidos para horas de gravação num estúdio ou concertos são frequentemente deploráveis. Se alguns têm a possibilidade de recusar para evitar efeitos nocivos no mercado de trabalho, outros são obrigados a aceitar por extrema necessidade. É urgente a criação de tabelas de remuneração que estabeleçam cachets dignos. Mas para que esta exploração possa ser efectivamente combatida é necessária a unidade e organização dos trabalhadores, dos músicos, sindicalizando-se e participando na vida do seu sindicato.